

Um balanço da relação entre Estados Unidos e Venezuela no governo Trump

Carolina Pedroso

Professora do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo

Introdução

O presente trabalho procura avaliar as relações dos Estados Unidos com a Venezuela, após quatro anos do governo de Donald Trump (2017-2021). Logo no início dessa interação, surgiram algumas pistas sobre como esse relacionamento se desenvolveria durante a administração republicana: em um contexto macro de recrudescimento das forças conservadoras, concluímos que a forma como a diplomacia estadunidense lidou com esse país latino-americano se caracterizava por enquadramentos unilaterais e ameaças. Contudo, com a finalização oficial do mandato presidencial do norte-americano, é possível aprofundarmos algumas análises e incluímos perspectivas que, em um primeiro momento, não estavam tão evidentes.

Apesar de uma retórica supostamente mais isolacionista, representada pelo *America First*, no que se refere à América Latina e, mais especificamente, à Venezuela, a diplomacia trumpista foi mais próxima de outros momentos de maior criticismo e intervencionismo frente a

regimes considerados hostis aos seus interesses. Por isso, partimos da premissa de que mais do que um momento excepcional da política exterior dos EUA, a era Trump combinou estratégias já utilizadas na região, como as que marcaram administrações anteriores, tais como as de Ronald Reagan (1981-1989), George W. Bush (2001-2009) e Barack Obama (2009-2017).

Nosso argumento é, portanto, que, no trato com a Venezuela, a gestão Trump não inaugurou nenhuma postura completamente inovadora, e sim a conciliação de estratégias anteriores, aproveitando-se dos precedentes abertos em momentos de ápice de tensões para aprofundá-las ainda mais. Entretanto, diferentemente dos governos anteriores, mas também como uma continuidade da escalada de sanções, Trump incluiu, pela primeira vez, o setor petrolífero na política de estrangulamento econômico do regime chavista, rompendo – ainda que parcialmente – com o descolamento entre os interesses econômico-comerciais e as desavenças político-diplomáticas.

Tais animosidades tiveram como origem uma série de mudanças vivenciadas internamente pela Venezuela desde 1999, mas, sobretudo, em decorrência dos processos que tiveram lugar a partir da ascensão de Nicolás Maduro, em 2013. Nossa hipótese é que essa sucessão de fatores domésticos e a interconexão do antichavismo com os interesses estadunidenses contribuíram ainda mais para que o relacionamento com a potência hemisférica fosse problemático. A partir de um recorte temporal de 20 anos (2001-2021), estruturamos o trabalho da seguinte forma: a primeira parte abarca um breve histórico que assinala o ponto no qual se encontravam as relações bilaterais no momento da ascensão de Trump; a segunda se trata de uma avaliação desses quatro anos, correlacionando dinâmicas internas e externas; e as considerações finais representam uma breve reflexão sobre os elementos determinantes nesse relacionamento.

Nossa metodologia se baseia em documentos e análises documentais realizadas por outrem que demonstram o crescente apoio dos Estados Unidos à oposição venezuelana; entrevistas realizadas com lideranças antichavistas radicadas nos Estados Unidos, que ocorreram ainda sob o governo de Trump, em 2017; informações extraídas de veículos de comunicação e bibliografia consolidada sobre a temática da relação bilateral, produzida essencialmente no Brasil e na América

Latina, mas também nos Estados Unidos. A escolha por essas fontes está relacionada com a premissa teórico-conceitual deste trabalho, que considera que a política dos EUA para a América Latina está baseada em uma tentativa de dominação político-ideológica em prol dos ideais da democracia liberal, por isso a proeminência de estudos e visões produzidos na região.

A relevância dessa temática é que, sendo o chavismo uma expressão imperfeita de questionamento à hegemonia estadunidense, houve o desencadeamento de um esforço contínuo de reversão do processo bolivariano por parte da diplomacia norte-americana de 2001 a 2021, o qual se deu, resumidamente, por meio do financiamento à oposição e do estrangulamento externo. Um dos resultados dessa estratégia foi o início de um fenômeno de “internacionalização” do antichavismo, inclusive em território estadunidense, cujo mapeamento consiste em um dos aspectos inéditos deste trabalho. Finalmente, esse balanço preliminar do relacionamento bilateral sob Trump abre espaço para que novos estudos e pesquisas possam ser realizados, no sentido de aprofundar a compreensão sobre o impacto das políticas dessa gestão sobre os rumos da Revolução Bolivariana na Venezuela.

O quadro geral das relações bilaterais com a Venezuela herdado por Donald Trump: um *continuum* de tensões (2001-2017)

Para compreender em que ponto estava o relacionamento político-diplomático entre os Estados Unidos e a Venezuela em 2017, quando Donald Trump assumiu a Presidência, é preciso fazer um resgate histórico-factual [1]. A partir de meados do século XX, essas relações foram caracterizadas pelo que Leonardo Valente (2012) chamou de “amigos sim, negócios à parte”, em que a proximidade cultural, ideacional e política com a potência hemisférica não significava submissão completa. Entretanto, foi com a ascensão de Hugo Chávez Frías ao poder, em 1999, e com a eleição de George W. Bush, no ano 2000, que uma espiral crescente de tensões passou a determinar essa interação.

O período de 2001 a 2008 demonstrou que as pretensões globais, hemisféricas e nacionais de EUA e Venezuela estavam explicitamente em rota de colisão. De um lado, a diplomacia norte-americana foi tomada por uma narrativa maniqueísta, em que aqueles que não estavam ao seu lado na luta contra o terror eram, necessariamente, seus inimigos, pertencendo, portanto, ao Eixo do Mal. Assim, tanto o mandatário venezuelano como outros líderes que criticavam as ações unilaterais realizadas no Oriente Médio eram vistos como uma ameaça. Do outro lado, o chavismo tentava concretizar uma política exterior não apenas mais autônoma, como abertamente confrontativa aos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que denunciava o apoio (muitas vezes financeiro) de agências do governo estadunidense à oposição venezuelana,

acusando-a de ser submissa aos interesses imperialistas (Pedroso, 2018).

Um dos resultados mais diretos dessa confrontação se deu pelo precedente aberto na Lei de Controle de Exportação de Armas que concedia autonomia ao presidente dos EUA para determinar e certificar perante o Congresso qual país não estaria colaborando com os esforços antiterroristas (U.S. Government Publishing Office, 2014). Bush decidiu incluir a Venezuela nesta lista de restrições e, por conseguinte, impulsionou a aproximação deste país com a Rússia para a modernização de seus equipamentos militares (Valente, 2012). Mais do que isso, porém, esse episódio revela uma dinâmica bilateral que se retroalimentava: a intensificação das tensões, causada por incidentes diplomáticos e/ou o uso de uma retórica mais agressiva; ações no sentido de isolar internacionalmente a Venezuela; Chávez se aproveitando das sanções informais para justificar seu discurso antiestadunidense e anti-imperialista (McCoy, 2011).

O exemplo acima ilustra que, além da disputa de narrativas, houve ações efetivas de ambos os lados que deterioraram a conexão diplomática entre eles, que, em mais de uma ocasião e por períodos prolongados, solicitaram o retorno dos embaixadores e mantiveram somente os encarregados de negócios nas respectivas capitais nacionais. De maneira resumida, as preocupações explícitas que motivavam essa postura por parte dos Estados Unidos eram o suposto apoio ao narcotráfico e ao regime cubano, a

liderança chavista na integração latino-americana e os laços crescentes com Rússia, China, Irã e outros Estados “delinquentes”. Já o contínuo financiamento aos setores oposicionistas e o acesso do Exército norte-americano às bases militares na Colômbia eram as principais fontes de receio do lado venezuelano (McCoy, 2011).

É importante destacar que uma série de eventos desestabilizadores que ocorreram na Venezuela entre 2002 e 2004 – incluindo uma tentativa de golpe de Estado, um boicote petrolífero e ataques a representações diplomáticas em Caracas – foram decisivos para a manutenção da desconfiança mútua. Em especial, como mencionado acima, o crescente suporte financeiro e logístico dado pela USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) e pela Fundação Nacional para a Democracia (em inglês, National Endowment for Democracy, NED) à oposição (ver Figura 1) serviu para corroborar a inimizade diplomática entre os países (Golinger, 2005, 2006).

Consultar Figura 1 – Fluxo de dólares estadunidenses na Venezuela durante a era Bush

A USAID é um dos braços mais visíveis da chamada ajuda externa provida oficialmente pelo governo dos Estados Unidos [2], nascida no contexto da Guerra Fria, ainda na Presidência do democrata John F. Kennedy (1961-1963), como uma

maneira mais eficiente de combate ao comunismo, no sentido de prover também auxílio frente às necessidades dos países mais vulneráveis. A agência, sobretudo a partir da gestão Bush, passou a concentrar boa parte dos programas de assistência ao exterior (Mateo, 2017). Nos documentos acessados e analisados por Golinger (2005, 2006), há a demonstração de que a USAID foi fundamental para o fortalecimento de associações civis e políticas que compunham o antichavismo (sobretudo as assinaladas na Figura 1, muitas das quais ainda ativas), o que também contribuiu para o estremecimento das relações entre os países.

Já a NED surgiu em 1983, portanto, durante o governo do republicano Ronald Reagan – responsável, dentre outras coisas, pelas intervenções na América Central [3]. Conforme documentação oficial, ela é uma instituição privada sem fins lucrativos [4] (National Endowment for Democracy, s/d, s/p), mas seu financiamento, além de ser aprovado pelo Congresso, advém de três associações. São elas a Smith Richardson Foundation, a John M. Olin Foundation e a Lynde and Harry Bradley Foundation [5] que, por sua vez, teriam contratos financeiros diretos com o governo norte-americano. Golinger (2005) sinaliza que: “a maioria das figuras históricas de ações clandestinas da CIA foi, em algum momento, membro do Conselho Administrativo, ou da direção da NED [...]”. (Golinger, 2005, p.294, tradução nossa).

É válido ressaltar também que, mesmo tendo sido criada em um contexto de maior intervencionismo norte-americano sobre a América Latina sob uma gestão republicana, a NED é o resultado de uma convergência entre os dois principais partidos estadunidenses, contando, portanto, com apoio democrata. O caráter “missionário” desta fundação reforça o traço catequético que os Estados Unidos teriam assumido, a partir do século XX, de acordo com Wallerstein (2007), no sentido de promoção da democracia liberal como um valor absoluto e inquestionável – uma premissa teórico-conceitual importante para o presente trabalho. Já Grandin (2006) ressalta que a América Latina nos anos Reagan foi o verdadeiro laboratório das experiências intervencionistas e imperialistas dos Estados Unidos, que tiveram como ápice a Doutrina Bush no Oriente Médio, após os ataques do 11 de setembro de 2001, e seguiram acontecendo na gestão seguinte.

As duas leituras acima explicitadas compõem o marco paradigmático sobre o qual estamos analisando a relação bilateral: o chavismo representou, ainda que de maneira imperfeita, uma confrontação aos interesses da hegemonia estadunidense, que, por sua vez, aliou-se ao antichavismo, com quem comungava do dogma da democracia liberal.

Assim, ativou-se a postura imperialista dos Estados Unidos no sentido de interferir na dinâmica política interna ao apoiar grupos ideologicamente

próximos aos seus ideais. Essas ações de apoio e de financiamento à oposição perpassaram as diferentes administrações e governos, ainda que cada qual tenha utilizado retóricas e táticas distintas.

Um dos efeitos da estreita ligação de Washington com organizações antichavistas foi a gênese do que chamamos de “internacionalização da oposição” na Venezuela, fenômeno ainda pouco estudado, mas que segue em constante expansão. Uma das pioneiras desse processo foi Maria Corina Machado, que além de ter sido parlamentar da Assembleia Nacional venezuelana, é a principal liderança do *Súmate*, organização civil criada em 2002 – mesmo ano do golpe de Estado contra Hugo Chávez – e que está mapeada na Figura 1 como uma das beneficiárias indiretas dos fundos da USAID. MCM, como é conhecida, não apenas apoiou esse golpe, como ainda foi recebida na Casa Branca pelo então presidente George W. Bush, em 2005, para denunciar a deterioração da democracia liberal em seu país.

Com a ascensão do democrata Barack Obama à Presidência em 2009, apesar das tentativas de mudança no tom das relações, o apoio financeiro, ideológico e logístico à oposição antichavista não foi alterado. Adicionalmente, como aponta Valente (2012), um padrão se estabeleceu na relação bilateral: mesmo em momentos de maior antagonismo diplomático e confrontações políticas, o fluxo comercial não somente se mantinha, como se intensificava. Isso revela, portanto, um descolamento entre a

esfera político-diplomática e os interesses econômicos mútuos, porém assimétricos, em torno do comércio petrolífero. Por isso, o jargão “inimigos sim, negócios a parte” expressa as contradições dessa relação bilateral a partir dos anos Bush filho, estendendo-se ao governo seguinte.

A era Obama (2009-2016) também foi marcada por acontecimentos que influenciaram a relação bilateral, quais sejam: a crise financeira nos Estados Unidos; variações significativas no preço do barril do petróleo, com quedas abruptas; novos desafios domésticos nos dois países, no que se refere à unificação do grupo de apoio dos governos em torno de uma agenda política e, por fim, a enfermidade que levaria à morte do presidente Hugo Chávez e a consequente transição política sob a liderança de Nicolás Maduro. Sob condições tão específicas e desafiadoras, as relações entre Venezuela e EUA durante o governo democrata davam a entender que haveria mudanças profundas que, todavia, não ocorreram (Pedroso, 2018).

Como mencionado acima, houve, em 2009, uma forte queda no preço do petróleo, que passou de US\$ 140 o barril para US\$ 60, tendo um grande impacto na Venezuela (Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2018).

Isso porque o produto tem papel estruturante na economia e na política venezuelana desde meados do século XX, sendo o principal componente do orçamento público (Barros, 2007). Essa baixa

comprometeu o Produto Interno Bruto (PIB) e as receitas governamentais, além de acentuar os problemas macroeconômicos já existentes, sobretudo a inflação. Com isso, deu ainda mais munção ao antichavismo, que dava mostras de fortalecimento, após sucessivas derrotas eleitorais (Valente, 2012).

Assim, diante dessa conjuntura, nas eleições parlamentares de 2010, a oposição conseguiu conquistar cerca de 40% das cadeiras da Assembleia Nacional – feito inédito até aquele momento. Allard e Golinger (2009) revelam que houve um aumento de 12% dos recursos da USAID e do Departamento de Estado em 2010, dos quais US\$ 3 milhões teriam ido para um fundo da Organização dos Estados Americanos (OEA) destinado para a consolidação da democracia representativa na Bolívia, no Equador, na Nicarágua e na Venezuela. Ainda que não seja possível estabelecer uma correlação direta entre esses dois fatos, as disputas retóricas acerca da natureza democrática (ou não) do sistema político venezuelano entre Estados Unidos e Venezuela marcaram a era Obama e serviram como propulsão para o antichavismo.

Tanto o breve abalo econômico de 2009 como as eleições parlamentares de 2010 foram um preâmbulo do que estava por vir na nova década do século XXI para a Venezuela: uma profunda crise econômica, social, política e migratória e a maior derrota eleitoral do

chavismo, que perdeu a maioria das cadeiras para a oposição em 2015, já no final do segundo mandato de Obama. Para compreender a dimensão desses prenúncios, é preciso revisitar o início da severa crise que acometeu o país latino-americano desde então, que coincidiu com a transição política pela qual o país passou alguns anos antes, quando Chávez faleceu.

Novamente, o aprofundamento da crise econômica teve como estopim a queda do preço do petróleo, principal produto de exportação do país. Apesar de ter sido beneficiário da maior bonança petroleira da história, quando o valor do barril superava os US\$ 100, o chavismo também assistiu ao ocaso desse *boom* e tem sido responsabilizado pela má gestão desses recursos no momento da alta. A queda foi tão abrupta que, entre 2014 e 2015, o barril chegou a ser precificado em US\$ 23 e teve impacto direto sobre o orçamento público do país (Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2018).

Conforme descrevem Guevara Martinez et al (2018, p.120):

Diante da crise econômica, o Estado [venezuelano] se viu sem divisas para importar itens de primeira necessidade, como alimentos e remédios. Adicionalmente, com um câmbio fixo supervalorizado criou-se um mercado paralelo de dólares que dificultou ainda mais a situação. Por fim, o contrabando ilegal de toneladas de alimentos e remédios, que saíam da Venezuela para serem revendidos a preços até oito vezes maiores aos venezuelanos na Colômbia

aprofundou ainda mais a situação de escassez. Com isso, os índices sociais decaíram de tal forma que voltaram aos parâmetros de antes do chavismo.

Paralelamente a esse processo de deterioração econômica e social, a polarização política no país foi ganhando contornos mais dramáticos, o que prejudicou ainda mais a busca por saídas da crise material. No final de 2012, já bastante enfermo, Chávez concorreu ao seu último pleito, que foi marcado pela menor diferença entre ele (que foi reeleito) e a oposição, representada por Henrique Capriles, do Partido *Primero Justicia* (agremiação beneficiária indireta dos fundos da NED, conforme Figura 1). Meses depois, a morte do líder bolivariano obrigou o país a realizar novas eleições presidenciais. Mais uma vez, Capriles apareceu capitaneando a oposição, enquanto Nicolás Maduro representava o governo. Apesar da enorme comoção que o desaparecimento físico de sua liderança-mor despertou, o chavismo teve um desempenho ainda pior e obteve uma vantagem de cerca de 1% dos votos frente a seu adversário (Consejo Nacional Electoral, 2012, 2013).

Uma leitura possível é que, em termos eleitorais, o antichavismo se fortaleceu ao longo dos governos de Barack Obama, adotando a estratégia de unificar a candidatura em torno de um nome mais jovem e aberto a conciliar pautas sociais com mudanças econômicas. Outro aspecto importante é que o fluxo de financiamento à oposição via USAID, NED, entre outras agências ligadas ao

poder bipartidário nos EUA, que teve um aumento expressivo a partir da Era Bush, parecia estar mostrando eficácia no sentido de construir uma alternativa política ao chavismo que fosse mais alinhada aos interesses norte-americanos. Sobre esse último aspecto, Allard e Golinger (2009, p.43) reconheciam que o aumento da representatividade da oposição nas eleições podia estar relacionado, também, a problemas como ineficiência e corrupção. Acreditavam, porém, que resultados menos favoráveis ao governo venezuelano já eram uma causalidade do contínuo investimento estadunidense em campanhas políticas da oposição.

Ainda que tal correlação seja difícil de ser provada com os elementos documentais disponíveis, o fato é que a quase vitória presidencial em 2013 fez com que a oposição considerada moderada, ou seja, que ainda participava dos processos eleitorais, iniciasse um movimento que abriu espaço para a violência política. A não aceitação imediata do resultado por parte de Capriles, uma liderança que buscou construir uma imagem de moderação, inflamou a ala mais “radical” do antichavismo, capitaneada por Maria Corina Machado (*Súmate*) e por Leopoldo López (*ex-Primero Justicia*, apoiador do golpe de 2002 e fundador do partido *Voluntad Popular*), a incitar diversas manifestações e “*guarimbas*” (emboscadas) contra o governo e seus apoiadores. O ápice desses conflitos ocorreu ao longo de 2014, em que

dezenas de pessoas morreram e muitas outras foram encarceradas e, supostamente, torturadas por forças policiais (Briceño Montesinos, 2014; Guevara Martinez et al, 2018).

A repressão do bolivarianismo, agora sob a batuta de Maduro, reacendeu as críticas que boa parte da comunidade internacional e, sobretudo os EUA, faziam ao caráter autoritário do regime venezuelano. Portanto, a repercussão internacional desses acontecimentos fez com que denúncias de violações sistemáticas aos Direitos Humanos surgissem em diferentes âmbitos do sistema internacional, sobretudo na OEA, âmbito no qual Washington exerce, historicamente, pressão sobre seus aliados na América Latina. Vale notar que muitas das denúncias contra a Venezuela eram advindas justamente da diplomacia norte-americana, mas também de organizações e institutos presentes em seu território – muitos dos quais financiados pela USAID e pela NED.

A intensificação da condenação da Venezuela frente à opinião pública internacional ocorreu também por conta de um dos efeitos mais visíveis (e inéditos na história do país) da crise econômica: a chamada diáspora venezuelana. Ainda sob as Presidências de Hugo Chávez, os venezuelanos que saíam do país eram não apenas numericamente pouco expressivos, como, em geral, consistiam em cidadãos fortemente opositores ao bolivarianismo. Já o cenário dessa emigração sob a gestão de Maduro apresenta outras características:

muitas das pessoas que deixavam a Venezuela o faziam pela falta de condições materiais e pelo temor gerado pela insegurança econômica, política e em termos de criminalidade (Vargas Ribas, 2017). A partir da crescente fuga de venezuelanos de seu país de origem, acrescentou-se outra camada às crises econômica, política e social: a humanitária.

É nesse contexto de maior conflitividade política e de enfraquecimento econômico da Venezuela que os primeiros imigrantes da era Chávez, que divergiam de forma profunda das diretrizes do líder bolivariano, passaram a se organizar politicamente. Como já mencionamos, tem início, ainda sob Bush, mas com uma ampliação de ações durante a era Obama, a internacionalização do antichavismo, que consiste na atuação de lideranças opositoras em diferentes instâncias e fóruns multilaterais. Sobre isso, Guevara Martinez e Pedroso (2016, p. 112) descrevem que:

A oposição venezuelana, sobretudo a partir de 2013, passou a ocupar espaços em arenas internacionais para fazer frente à diplomacia oficial do governo, que por estar a cargo do poder Executivo, detém a prerrogativa sobre o exercício da política externa. Nesse sentido, a opositora Maria Corina Machado protagonizou a tentativa de ocupar o assento do Panamá no conselho permanente da Organização de Estados Americanos em março de 2014. Esse intento não obteve êxito, pois a Venezuela conseguiu vetar a participação de Machado

com o auxílio dos votos de países caribenhos e outros aliados regionais.

Naquele mesmo ano e impulsionada ainda pelo objetivo de detratar o regime bolivariano, Machado foi à comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado brasileiro. No seu retorno ao país, a então parlamentar teve seu mandato cassado. Ainda no bojo da repressão aos protestos de 2014 contra o governo, em que Leopoldo López foi condenado pela Justiça e se tornou mais uma liderança política encarcerada, sua esposa, Lilian Tintori (também apoiada e encorajada por Maria Corina Machado), tornou-se mais uma porta-voz internacional dos abusos cometidos na Venezuela. Desde então, ela percorreu diferentes países [6], visitando parlamentos, universidades, organizações, entre outros, buscando construir uma base de apoio e de solidariedade da comunidade internacional para obter a soltura de seu companheiro [7].

Ainda que esse tipo de atuação internacional do antichavismo tenha sido relevante para reforçar o posicionamento de Washington frente ao governo venezuelano, sobretudo no âmbito multilateral, é a crescente articulação política em território norte-americano que tem sido crescentemente importante para pressionar os Estados Unidos internamente. Vale notar que o surgimento de grupos de pressão composto por venezuelanos críticos a Maduro tem ocorrido em muitos países. É nos EUA, porém, que eles têm tido maior espaço e condições de

interlocução com a comunidade local e sua respectiva representação legislativa. O Quadro 1 é um mapeamento sintético, resultado de pesquisa de campo realizada nos Estados Unidos, das principais associações e organizações venezuelanas, tendo em vista o tempo de atuação, o grau de formalização e o alcance de suas atividades em termos quantitativos (número de pessoas atendidas) e qualitativos (reconhecimento público, exposição midiática, premiações e proximidade com parlamentares).

Quadro 1 – Organizações venezuelanas nos Estados Unidos

Como elencado acima, as organizações que funcionam como um braço do antichavismo no exterior e, mais especificamente, em território estadunidense, têm diferentes propósitos e atuações, porém todas se articulam em forma de rede, com vistas a se configurarem como um *lobby* político. Uma ilustração dessa aspiração foi obtida em entrevista com José Colina, em 2017, presidente da VEPPEX e importante liderança antichavista em Miami:

Bom, temos feito de tudo, imagina que freamos o lobby internacional que Hugo Chávez vinha fazendo. Hugo Chávez fazia um esforço para dizer que havia democracia na Venezuela, nós dizemos e temos nos movido internacionalmente para que se deem conta de que não existe uma democracia, mas sim uma tirania, uma

ditadura que viola os Direitos Humanos [...] Diante do bloqueio informativo que existe na Venezuela, onde não há nenhum tipo de informação que comunique aos venezuelanos e ao mundo inteiro o que está ocorrendo, nos convertemos em uma caixa de ressonância que expõe realmente quais são as atrocidades que estão sendo cometidas contra o povo venezuelano, que é um trabalho que temos feito os que estamos fora, temos buscado o apoio internacional, que a OEA tenha essa postura, que os congressistas tenham essa postura, que os governos tenham essa postura (Colina, 2017, p. 16-17, tradução livre e grifos nossos).

Outra informação interessante é que a concentração de muitas dessas organizações na Flórida não é casual: além de ser um estado com fortes raízes latinas, é também o local onde mais prosperou o já consolidado *lobby* cubano-americano antichavista. Também em entrevistas, alguns dos líderes dessas organizações venezuelanas revelaram que tinham não só vínculos de cooperação com os cubanos, mas também com congressistas ligados a essa pauta como os senadores Marco Rúbio e Bill Nelson e os deputados Mario Diaz-Balart e Bob Menendez (Andrade, 2017; Camero Reno, 2017; Colina, 2017). Alguns desses venezuelanos, inclusive, já atuavam como detratores do regime venezuelano desde a época de Hugo Chávez e afirmaram que colaboraram com o governo estadunidense e com

agências como a CIA. Um dos exemplos é Norma Camero Reno (2017), líder do MOVE, eleita a “latina do ano” nos Estados Unidos em 2016, que em entrevista realizada na cidade de Tampa (Flórida) confidenciou:

A primeira vez que Hugo Chávez ganhou na Venezuela, massivamente, [...] pelo menos 50% ou mais votaram por ele [...], porque o viram como o Messias, o Salvador. A segunda vez, voltaram a votar por Chávez para dar-lhe outra oportunidade. Depois disso, os comunistas são muito inteligentes, eles têm um padrão, eles têm um plano, né? (sic) [...] Eles sabem que o povo vai perdoar-lhes duas ou três vezes, mas depois vai castigar-lhes. Então, o que Hugo Chávez fez, muito inteligentemente, com Fidel Castro: decidiram comprar as máquinas de Smartmatic, com as quais se fazem as votações. Eles compraram as máquinas e compraram o software. Havia um escritório em Miami, eu digo porque trabalhei com o Ministério de... com a CIA e com o Departamento de Estado, por um ano estive com eles, voluntariamente. [...] É com esse software que se determina uma eleição (Camero Reno, 2017, tradução livre e grifos nossos).

Para esse setor antichavista radicado nos EUA, a origem dos problemas venezuelanos está em sua aliança com Cuba. Coincidentemente, o final do mandato de Barack Obama foi marcado por duas ações impactantes frente aos regimes cubano e venezuelano. No primeiro caso, o presidente norte-

americano tornou pública uma ação de reaproximação diplomática com a ilha comandada por Raúl Castro, apresentando-a como uma grande renovação nas relações hemisféricas, pois era um passo no caminho de abandonar uma política que estava em vigor desde a Guerra Fria. Embora não tenha podido reverter o embargo econômico, que desde Bill Clinton tinha-se convertido em uma lei e, portanto, necessitaria de aprovação no Congresso para ser desfeita, o gesto representou uma afronta direta a muitos desses lobbies cubanos consolidados nos Estados Unidos (Guevara Martinez, 2019).

Por sua vez, a postura de Obama frente ao regime chavista foi em outra direção, a partir da declaração de que a Venezuela seria uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos. Sem entrar no mérito das múltiplas motivações do democrata para a reaproximação com Cuba, o fato é que a estreita cooperação entre os regimes chavista e castrista ficou estremecida, sobretudo, em um contexto de piora econômica da Venezuela, que havia contribuído fortemente para o reestabelecimento da ilha após o período especial, nos anos 1990 (Pedroso, 2018). De todo modo, para os grupos venezuelanos nos EUA essa ação não teria sido suficiente para enquadrar e enfraquecer o governo de Nicolás Maduro.

O que chama a atenção na análise desse duplo direcionamento para os dois focos de resistência do imperialismo estadunidense na América Latina é que ele ocorreu nos momentos finais do segundo

Mandato de Obama, porém, com a Venezuela se deu de maneira unilateral, enquanto com Cuba houve negociações (secretas), mas bilaterais. Ademais, essa declaração de emergência sobre o regime venezuelano teve um efeito concreto, pois levou ao aprofundamento das primeiras sanções informais, impostas por Bush, que passaram a ser focadas em funcionários do governo Maduro envolvidos em corrupção e violação aos Direitos Humanos (BBC Mundo, 2015).

Tendo em vista essa nova tentativa de estrangulamento internacional do regime venezuelano, Nicolás Maduro teceu fortes críticas a Obama, que teria deixado de ser uma grande esperança para se converter em uma grande decepção e no inimigo mais nefasto que a Venezuela já tinha enfrentado até aquele momento (García Marco, 2017). Para além das denúncias de interferência interna, o líder venezuelano também culpabilizou o mandatário norte-americano por três golpes de Estado na América Latina (Honduras, Bolívia e Brasil) e chegou a declarar que Donald Trump não seria pior que seu antecessor. Finalmente, criticou a “campanha de ódio” direcionada contra o republicano durante a campanha eleitoral e esperava que o direcionamento dos Estados Unidos para a região mudasse (para melhor). O que poderia ser lido como um esboço de um elogio ao novo presidente estadunidense deve ser analisado sob o contexto de agravamento da crise econômica, política-institucional e social na Venezuela.

Para concluir, mesmo aumentando o grau de animosidade político-diplomática frente ao regime venezuelano, as sanções econômicas legadas por Obama à administração Trump não visavam a atingir o ponto nevrálgico do fluxo comercial entre eles, ou seja, o setor petrolífero. Essa pauta, inclusive, estava presente nas reivindicações das organizações venezuelanas nos Estados Unidos, que pediam o boicote da rede de postos de gasolina Citgo, pertencente à estatal de petróleo venezuelana PDVSA (Camero Reno, 2017; Colina, 2017). De todo modo, o novo governo republicano recebeu uma já esgarçada ponte diplomática, que atingiu níveis ainda mais descendentes nos meses seguintes e com maior atuação do antichavismo interna e externamente, como veremos na próxima seção.

A relação bilateral na era Trump (2017-2021): entre ameaças unilaterais e a sistematização das sanções

Em termos gerais de política externa, o magnata republicano convocou alguns nomes que, em maior ou menor grau, contribuíram para a sequência de enquadramentos unilaterais sofrida pela Venezuela nesse período. Ainda que no decorrer de seu mandato alguns deles tenham sido defenestrados, o que nos interessa para este estudo é que o retorno de um pensamento conservador, anticomunista e

maniqueísta na agenda externa de Trump teve como protagonistas figuras como: Rex Tillerson (primeiro secretário de Estado, foi presidente da Exxon Mobil quando se opôs à nacionalização do setor realizada por Chávez em 2007); Mike Pompeo (secretário de Estado que completou o mandato de Trump e foi diretor da CIA); John Bolton (conselheiro de Segurança Nacional até 2019, diplomata e ex-militar, foi um dos maiores expoentes do nacionalismo intervencionista neoconservador da gestão republicana) e Elliot Abrams (ocupou um novo posto na diplomacia estadunidense, que foi o de representante especial para a Venezuela, era também um importante neoconservador que já havia servido aos governos de Reagan e Bush filho).

Tendo em vista essa configuração de lideranças do governo Trump, outro ponto de interconexão entre os ideais conservadores da diplomacia estadunidense, que remetiam a uma lógica de Guerra Fria, e o antichavismo foi o voto de confiança que Trump recebeu de muitos cidadãos de origem cubana e venezuelana. O apoio desses grupos, desde campanha eleitoral, estava baseado no descontentamento tanto com a reaproximação diplomática com Cuba como com o manejo da política exterior até então para a Venezuela, no sentido de ter sido insuficiente para derrocar o chavismo. Esse fator contribuiu para sua vitória na Flórida e gerou expectativas por parte desse eleitorado e, conseqüentemente, nas organizações políticas de que mudanças seriam feitas no trato com o governo de Maduro.

Para completar esse quadro, já em seu primeiro ano de governo, houve um crescimento exponencial da entrada de imigrantes venezuelanos em território norte-americano e em outras partes do continente [8]. O aumento do fluxo migratório nesse período denota a piora da situação doméstica venezuelana. Segundo o Banco Central da Venezuela (2021), a contração do Produto Interno Bruto foi de -6,2% em 2015, -17% em 2016, -15,7% em 2017 e -19,6% em 2018 (último dado oficial divulgado desde então). As cifras oficiais do governo de Maduro, reproduzidas pela Organização Internacional para as Migrações (2021), dão conta de que, até 2019, o total de cidadãos que deixou o país foi de 4,5 milhões. Vargas Ribas (2017) aponta, porém, para a discrepância dessas estatísticas, a depender da fonte que as organiza e sistematiza. Ainda assim, não há dúvidas de que houve uma elevação na quantidade de pessoas que precisaram deixar a Venezuela por conta, sobretudo, das dificuldades materiais.

Como vimos anteriormente, esse processo de crise econômica veio acompanhado também de uma escalada de polarização política, que desde 2016 se caracterizou por um enfrentamento entre os poderes constitucionais. Com o domínio da oposição sobre o Legislativo, obtido em eleições parlamentares no final de 2015, o embate institucional dificultou a resolução da questão econômica. Por conta dessa combinação conjuntural – expectativa de estrangulamento do regime chavista por parte dos

venezuelanos nos Estados Unidos, o crescimento do número de imigrantes e o declínio político-econômico da Venezuela –, o governo Trump retomou a política de sanções financeiras contra funcionários do regime chavista já em 2017, atingindo mais especificamente a alta cúpula governamental, e as acusações de ligação com o narcotráfico direcionadas ao próprio presidente Nicolás Maduro e sua família (Guevara Martinez, 2018; U.S. Department of the Treasury, 2021).

Assim como na era Reagan, em que a retórica anticomunista da Guerra Fria foi retomada, e na era Bush, em que a “diplomacia do microfone” [9] contra a Venezuela teve vez, Trump e sua *entourage* neoconservadora se aproveitaram desse caldo para acusar o país latino-americano de transformar o país em um “narco” Estado, violar os Direitos Humanos de seus cidadãos e promover uma política antidemocrática. As críticas se tornaram ainda mais contundentes quando, ainda em 2017, Maduro convocou uma Assembleia Nacional Constituinte como estratégia para minar o poder do Legislativo. Foi justamente nesse contexto que as primeiras sanções financeiras foram publicadas (U.S. Department of the Treasury, 2021).

A manobra chavista de compor uma Assembleia com plenos poderes provocou uma resposta que articulou o antichavismo interna e externamente, por meio de uma consulta não oficial à população. A ideia desse plebiscito,

que ocorreu duas semanas antes da eleição oficial para a Assembleia Constituinte, era demonstrar que o povo venezuelano (dentro e fora do país) não corroborava a atitude de Maduro. O resultado desse esforço foi o voto de 7 milhões de venezuelanos, de diferentes localidades pelo mundo, contra a iniciativa do governo (Pedroso, 2017). No entanto, até por não ter ocorrido dentro da legalidade, esse pleito não impediu que a Assembleia Nacional Constituinte fosse escolhida por, aproximadamente, 8 milhões de eleitores venezuelanos (Consejo Nacional Electoral, 2017).

Internacionalmente, a idoneidade do processo oficial de composição da Assembleia Nacional Constituinte venezuelana foi fortemente questionada e levou à formação de um grupo intergovernamental, sediado em Lima, composto por países americanos como Argentina, Brasil, Canadá, Colômbia, Chile, México, Panamá, Peru, entre outros (Rossi, 2019). Donald Trump, por sua vez, declarou que a “solução militar” para o problema hemisférico que a Venezuela representava não estava descartada – fala que se deu no contexto de tomada de posse dos constituintes (Ellsworth; Taj, 2017).

Mesmo sem ter concretizado a ameaça de empenho de forças militares contra a Venezuela, a repercussão regional, inclusive entre os membros do Grupo de Lima, não foi positiva, e Trump se reuniu com os então mandatários de Brasil, Colômbia e Panamá, durante a Assembleia Geral

das Nações Unidas de 2017, para amenizar o tom e discutir a crise do país caribenho em outros termos. Enquanto isso, para a audiência interna composta pelas organizações antichavistas dos Estados Unidos, o vice-presidente Mike Pence reiterou o apoio do governo à luta pela “liberdade” do povo venezuelano (El Nacional, 2017).

Outro aspecto que impactou a relação bilateral nos primeiros momentos de interação entre os governos de Trump e Maduro foi a barreira migratória aos Estados Unidos (Mason; Stewart, 2017). Essa política gerou uma posição contraditória por parte das organizações venezuelanas: se, por um lado, elas atuavam no sentido de auxiliar essas populações na chegada ao território norte-americano, por entenderem que são vítimas de um regime autoritário e comunista, por outro, suas respectivas lideranças não deixaram de manifestar publicamente seu respaldo à gestão republicana (Colina, 2017; Camero Reno, 2017; Andrade, 2017; Washington Post, 2017).

De todo modo, a despeito de uma ameaça mais séria de uso da força, até esse momento Trump manteve uma política de sanções econômico-financeiras motivadas por questões políticas, mas sem resvalar no comércio, ou no setor petrolífero. Portanto, a ideia de “inimigos sim, negócios à parte” seguia valendo.

Tal apreciação está baseada em que: i) até o momento [dezembro de 2017] somente a Flórida declarou que não investiria ou faria negócios com a Venezuela, graças à pressão da

comunidade que ali reside e ao cálculo eleitoral do governador republicano Rick Scott; ii) a hipótese de um embargo econômico, como ocorreu em Cuba, ainda não foi defendida pelo governo; iii) a questão energética é estratégica e central para a potência norte-americana (Guevara Martinez et al, 2018, p. 123).

Em 2018, no imediato pós-reeleição de Maduro e consequente contestação dos resultados pela oposição, os EUA voltaram a impor bloqueios financeiros. Desta vez, por meio de uma ordem executiva, Trump solicitava ao país latino-americano que reestabelecesse a democracia, as eleições livres e libertasse os presos políticos. De acordo com o documento oficial, os cidadãos estadunidenses estavam banidos de negociar títulos de dívida venezuelana, ou qualquer outro ativo, incluindo o petro, criptomoeda lançada pelo Banco Central da Venezuela para tentar contornar as distorções cambiais do mercado interno e externo. Isso significava que inclusive o setor petrolífero, representado pela estatal de petróleo, PDVSA, seria afetado (U.S. Department of the Treasury, 2018).

No decorrer de 2018, 2019 e 2020, outras sanções **[10]** nesse sentido foram tomadas pelo governo de Donald Trump, demonstrando um movimento no qual, paulatinamente, esse mecanismo deixava de ser exclusivamente direcionado para a cúpula do governo de Maduro para impactar também setores econômicos do país. Mesmo que a crise econômica venezuelana não tenha como origem essas ações unilaterais dos

Estados Unidos, a imposição dessas barreiras dificultou, ainda mais, a saída dessa situação e atingiu a população, que seguia sendo o elo mais vulnerável desse cabo de guerra.

Um dos combustíveis para que essa estratégia fosse utilizada pela diplomacia estadunidense, assim como em momentos anteriores, foi a própria dinâmica do processo político venezuelano. A reeleição de Maduro, em contexto tão desfavorável internamente, apenas reforçou a narrativa oposicionista de que o processo eleitoral do país estava viciado e não seria confiável. Paradoxalmente, quando essa mesma oposição conquistou a maioria das cadeiras do parlamento, tal acusação inexistiu no debate público. De todo modo, o controle sobre o Legislativo permitiu-lhe promover uma manobra, ancorada no artigo 233 da Constituição do país:

Serão faltas absolutas do Presidente ou Presidenta da República: sua morte, sua renúncia, sua destituição decretada por sentença do Tribunal Supremo de Justiça; sua incapacidade física, ou mental, permanente certificada por uma junta médica designada pelo Tribunal Supremo de Justiça com aprovação da Assembleia Nacional; ou *abandono do cargo, declarado como tal pela Assembleia Nacional*, assim como a revogação popular de seu mandato.

No caso da falta absoluta do Presidente eleito ou Presidenta eleita antes de tomar posse, *será realizada uma nova eleição universal, direta e secreta dentro dos próximos trinta dias*

corridos. Enquanto se elege e toma posse o novo Presidente ou a Nova Presidenta, a Presidência da República ficará a cargo do Presidente ou Presidenta da Assembleia Nacional (Republica Bolivariana de Venezuela, 1999, art. 233, p.274-275, tradução livre e grifos nossos).

A interpretação dos parlamentares oposicionistas foi que, por não ter sido uma eleição livre e justa, Maduro seria um “usurpador” do poder e, portanto, não estaria apto a tomar posse em 2019. Contudo, por terem somente o controle sobre o Legislativo, a possibilidade de questionar a legitimidade desse novo mandato residia apenas no item sublinhado do artigo, ou seja, considerar que o presidente abandonou o cargo. Assim, a Assembleia Nacional se apoiou no argumento de que, por não ter garantido os direitos e liberdades dos cidadãos venezuelanos, segundo artigo 232 da Constituição (Republica Bolivariana de Venezuela, 1999, art. 233, p.274), a situação do país configuraria, de fato, um abandono de funções.

Sendo assim, em 2019, o recém-eleito presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, autoproclamou-se presidente interino da República e, rapidamente, conquistou apoio de boa parte da comunidade internacional, incluindo o Grupo de Lima e o governo de Trump. A partir de então, o acirramento político que tinha sido atenuado por ações mais duras de Maduro ao longo de 2017, voltou a

inflamar as ruas do país, a colocar a Venezuela na pauta da agenda internacional e a suscitar novas punições unilaterais por parte dos Estados Unidos (Herrero; Casey, 2019; U.S. Department of the Treasury, 2021).

Em termos da política exterior dos EUA para a Venezuela, percebe-se, mais uma vez, a combinação de dois aspectos: ações unilaterais, em forma de sanções econômicas e financeiras, e declarações de repúdio da alta cúpula do governo estadunidense, integradas a uma ação diplomática de isolamento do regime chavista, em especial no sistema interamericano, representado pela OEA. Isto é, uma estratégia de criar obstáculos materiais e de financiamento às políticas de Maduro e, ao mesmo tempo, de fechar as vias diplomáticas no âmbito bilateral e multilateral.

Outro aspecto dessa dinâmica tem relação com a internacionalização das ações antichavistas nos espaços multilaterais. Se, ainda durante a gestão Obama, foi possível impedir essas tentativas de infiltração da oposição em esferas oficiais de representação diplomática, com Trump, especialmente após o reconhecimento da legitimidade de Juan Guaidó, essa barreira foi rompida. Embora a oposição já tivesse o apoio estadunidense há muitos anos, o tratamento como liderança oficial do país ocorreu somente a partir dessa manobra e transbordou para outros atores importantes do sistema internacional, conforme Mapa 1:

Mapa 1 – Qual a posição dos países

frente à situação política venezuelana?

A análise do mapa revela a complexidade que o tema da crise da Venezuela ganhou, expressando sua relevância como um dos elementos que compõem o xadrez geopolítico mundial. Tal divisão, embora não seja o foco deste trabalho, reflete que esse tema conseguiu aglutinar boa parte do mundo Ocidental em torno de uma posição crítica ao chavismo e, portanto, alinhada à política exterior dos Estados Unidos. Chama a atenção, principalmente, a posição geral da América Latina, que naquele contexto estava entrando em uma fase político-ideológica mais próxima de alguns ideais conservadores, dos quais Trump também compartilhava.

A despeito de não haver um alinhamento automático da América Latina à política exterior de Donald Trump, mesmo entre os líderes ideologicamente mais próximos a ele, o acirramento da disputa de poder na Venezuela a partir de 2019 gerou um relativo consenso sobre o tamanho do problema que o governo Maduro representava para o hemisfério. Nesse sentido, a fronteira do país com Colômbia e Brasil ganhou centralidade, pelas dinâmicas migratórias, pela pressão exercida por Guaidó naquele território, bem como pelas consequentes tensões geradas a partir desses dois movimentos.

O exemplo mais explícito desse enquadramento ocorreu no auge da capacidade de mobilização popular de Guaidó, ainda no começo de 2019, em que houve a tentativa de fazer entrar

ajuda humanitária na Venezuela, via Colômbia e Brasil. O relativo fracasso dessa ação – já que, na prática, Maduro ainda era a liderança com poder sobre as fronteiras e as Forças Armadas –, juntamente com outras derrotas políticas sofridas por Guaidó no âmbito interno, foi fazendo com que, progressivamente, seu apoio internacional começasse a ser questionado, mas sem que isso significasse um abalo no apoio diplomático de Trump, de seu vice Mike Pence e do secretário de Estado Mike Pompeo (Colombo, 2019).

Com o esvaziamento das possibilidades de Guaidó exercer o poder de fato na Venezuela – pela via da pressão internacional e diplomática, ou mesmo por uma sublevação military [11] – novamente a oposição, sob sua liderança, parece [12] ter apostado em uma ruptura violenta e não institucional. Um sinal que pode estar relacionado a essa escolha foi a Operação Gideón, ocorrida em maio de 2020, quando o presidente interino já não gozava de tanto prestígio interna e externamente. Segundo reportagem de Pressly (2020), Guaidó teria firmado um contrato com a empresa de segurança Silvercorp (estadunidense) para que sequestrasse Nicolás Maduro e o mandasse para os Estados Unidos, onde ele já havia sido acusado de narcotráfico [13].

A estapafúrdia Operação Gideón, desarticulada em maio de 2020 por forças leais a Maduro, foi uma combinação fracassada, mas interessante. Isso porque mesclava a

articulação de uma resistência armada ao regime, cujo acampamento e base de treinos estavam localizados na Colômbia, com a participação de uma companhia privada. Se, durante o século XX, a primeira estratégia foi a mais utilizada por governos estadunidenses na intenção de desferir golpes políticos na América Latina (Nicarágua talvez seja o caso mais evidente), no século XXI, ela foi repaginada, com a participação de atores não-estatais oriundos justamente das intervenções dos EUA no Oriente Médio, como é o caso da Silvercorp (Pedroso, 2020, s/p).

Com essa ilustração, há indicações de que uma estratégia mista estava em curso – e aqui estamos ainda no campo das hipóteses, uma vez que a participação oficial do governo norte-americano na Operação Gideón não tem comprovação até o momento. É possível supor, no entanto, que a aliança explícita com o antichavismo também poderia coexistir com outros tipos de suporte (inclusive em termos de treinamento militar) com a chamada “resistência”, tanto em território venezuelano, como na região fronteiriça. Como destaca Grandin (2006), isso não seria uma completa novidade, tendo em vista o histórico de intervencionismo estadunidense na América Latina da era Reagan. A implicação do líder bolivariano com o narcotráfico também remete a posicionamentos dos Estados Unidos que perpassam o final da gestão Clinton (1993-2001) e os anos de governo de Bush filho. O elemento

“inovador” seria o papel das empresas privadas de segurança, que ganharam protagonismo no contexto das operações militares no Oriente Médio, no bojo da Doutrina Bush.

O último aspecto a ser analisado na relação bilateral na era Trump envolve a questão econômico-comercial. Como já assinalado, a política de sanções aplicadas entre 2017 e 2021 representa uma continuidade da abordagem adotada mais timidamente por Bush e, depois, de maneira mais incisiva por Obama. Com a inclusão dos ativos da PDVSA e de outros setores, atores e empresas ligados ao petróleo, se poderia supor que o comércio entre os países foi prejudicado de maneira expressiva ou, até mesmo, que a China poderia ter suplantado a primazia dos Estados Unidos como principal parceiro comercial da Venezuela. Ou seja, o padrão de “inimigos sim, negócios à parte” poderia ter sido, finalmente, rompido para “inimigos sim, nos negócios também”.

As estatísticas comerciais organizadas pelo Observatório de Complexidade Econômica do MIT (OEC) mostram que, nos anos de 2017 e 2018, os Estados Unidos continuaram como principais parceiros comerciais da Venezuela nas duas pontas: importação e exportação. Os produtos que lideram esse fluxo comercial são, do lado venezuelano, petróleo cru, e do estadunidense, petróleo refinado. É por conta disso que a dependência mútua nesse campo é desigual, uma vez que o país latino-americano exporta o petróleo em seu estado mais bruto, portanto, sem o valor

agregado que o refino acrescenta à sua utilização em larga escala. Esse processo petroquímico ocorre majoritariamente em refinarias norte-americanas, que compram o petróleo cru e o revendem, já refinado, com um valor maior no mercado (The Observatory of Economic Complexity, 2021).

Somente em 2019, que é o último ano com registro consolidado do comércio exterior, que a China passa a ocupar o lugar de maior importadora da Venezuela (27,6%), com os Estados Unidos na segunda posição (22%) – uma diferença não muito expressiva. Outra mudança se deu no quesito exportação, essa sim mais significativa, em que a Índia se tornou a maior compradora (33,8%), a China em segundo lugar (28,4%) e, na terceira posição, surgem os Estados Unidos (12,4%) (The Observatory of Economic Complexity, 2021).

Os números do comércio bilateral mostram, em alguma medida, o impacto das sanções e dos bloqueios econômicos impostos unilateralmente pelos Estados Unidos à Venezuela. Mesmo assim, é preciso seguir observando esse processo, sobretudo no contexto da derrota eleitoral do trumpismo e da ascensão do democrata Joe Biden, em 2021. De todo modo, seria precipitado afirmar categoricamente uma ruptura no padrão “inimigos sim, negócios à parte”, pois a potência hemisférica ainda figura entre os parceiros comerciais mais relevantes do país latino-americano. O que pode, sim, ser apontado é que a dependência assimétrica dessa parceria tem sido muito mais prejudicial ao elo mais fraco, que,

como resposta, tem buscado aumentar o fluxo comercial com países como China e Índia.

Considerações finais: um balanço possível

Com o objetivo de fornecer algumas reflexões sobre a discussão apresentada, consideramos que há três dimensões-macro que permitem a análise de como os Estados Unidos vêm-se relacionando com a Venezuela e, mais especificamente, como isso se deu na gestão Trump. São elas a dimensão político-diplomática, que inclui também a audiência interna formada pelas associações venezuelanas; a dimensão econômico-comercial, que se concentra basicamente no comércio petrolífero e, finalmente, a dimensão da geopolítica internacional, na qual a Venezuela foi alçada a um papel de relevância por conta dos choques de interesses e do transbordamento da crise doméstica para fora de suas fronteiras.

No primeiro aspecto, observamos um aprofundamento da pressão por isolamento internacional e descrédito do regime chavista, que se iniciou nos anos Bush filho, e, por sua vez, remetia a uma lógica anacrônica e maniqueísta da administração Reagan. Nesse sentido, destacamos a relevância da internacionalização do antichavismo nesse processo. Em suma, as posturas que denotam uma “mistura” de estratégias utilizadas anteriormente são: discurso anticomunista; ameaças unilaterais;

suporte político e financeiro a grupos de oposição (que podem se dar também na forma de intervenções indiretas e de auxílio a uma resistência armada); permissividade frente à atuação de empresas de segurança privadas; acusação das lideranças por supostas ligações com o narcotráfico; denúncias por violações aos Direitos Humanos e cerceamento de liberdades individuais; constante repúdio diplomático.

Na esfera econômica também houve um *continuum* de sanções e de bloqueios – que são distintos ao embargo cubano – mas que vêm sendo progressivamente aplicados, com impacto sobre a capacidade de Maduro de reagir à crise interna. O “efeito colateral” dessas ações atinge também a população, mesmo que essa conclusão não seja tão evidente. O fato é que, até meados do governo Trump, a lógica de “inimigos sim, negócios à parte” ainda estava presente. A inclusão, mesmo que pontual, do setor petrolífero na política de sanções e a consequente diminuição do fluxo comercial entre os países podem ser um indicativo de quase rompimento com esse padrão. Entretanto, as mudanças políticas ocorridas com a vitória de Biden podem reverter esse quadro, que ainda estava bastante prematuro para ser considerado uma inflexão completa.

Finalmente, e aqui reside provavelmente o ponto que merece ser mais bem explorado por outras pesquisas e perspectivas, é a questão geopolítica.

Se, com Bush filho, a restrição de venda de armamentos facilitou a aproximação da Venezuela chavista com a Rússia, parceria que ainda permanece no âmbito bélico e militar; com Trump, a inclusão de maiores barreiras econômicas, financeiras e comerciais acelerou um processo que já estava em curso, que era a aliança comercial e estratégica com a China. Os dois países asiáticos têm relações, no mínimo, dúbias com a potência norte-americana, e a crescente ligação deles com a Venezuela, não apenas em termos políticos e econômicos, mas também militares e estratégicos, deve despertar ainda mais receios na diplomacia dos Estados Unidos que, como vimos, mesmo sob governos mais ou menos conservadores, não apresenta grandes contrastes em seu padrão de relacionamento bilateral.

O presente trabalho priorizou investigar e apresentar como os Estados Unidos agiram e reagiram na esfera político-diplomática e econômico-comercial frente à Venezuela bolivariana e como essa estratégia esteve interconectada com os interesses antichavistas. Reconhecemos, porém, que um quadro mais completo sobre a temática deve incluir, em outras pesquisas, o aprofundamento da influência do *ethos* missionário e imperialista dos Estados Unidos, ligado ao pensamento neoconservador, bem como a ação dos setores econômicos interessados nos recursos naturais venezuelanos – ambos, elementos estruturais do relacionamento bilateral. Ainda assim, consideramos que o

presente artigo fornece pistas importantes para a compreensão da complexidade da interação do governo de Trump com a Venezuela, levando-se em consideração o histórico dessa relação e o ainda recente fenômeno da internacionalização da oposição. Cientes do caráter exploratório deste artigo, a ideia é que ele sirva de sistematização, fomento e subsídio para estudos que acompanhem os desdobramentos dos processos aqui relatados.

Referências bibliográficas

ALLARD, J. G.; GOLINGER, E. 2009. *USAID, NED y CIA. La agresión permanente. Venezuela: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información.*

ANDRADE, P. 2017. *Entrevista concedida a Carolina Silva Pedroso e Alfredo Juan Guevara Martinez.* 8 de julho, Miami, 15 p. [transcrição].

BANCO CENTRAL DE VENEZUELA. 2021. *Estadísticas. Cuentas Nacionales. Producto Interno Bruto.* Disponível em: <http://www.bcv.org.ve/>. Acesso em 02 Fev. 2021.

BARROS, P. S. 2007. *Governo Chávez e Desenvolvimento: A Política Econômica em Processo.* Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BRICEÑO MONTESINOS, H. 2014. *Análisis de las elecciones presidenciales de 2012 y 2013.* Palestra ministrada no Instituto Cultural Brasil-Venezuela (ICBV), Caracas, 30 de julho.

CAMERO RENO, N. 2017. *Entrevista concedida a Carolina Silva Pedroso e Alfredo Juan Guevara Martinez.* 18 de julho, Tampa, 17 p. [transcrição].

COLINA, J. A. 2017. *Entrevista concedida a Carolina Silva Pedroso e Alfredo Juan Guevara Martinez.* 24 de junho, Miami, 21 p. [transcrição].

COLOMBO, S. 2019. *Após levante frustrado, Guaidó enfrenta dilemas na Venezuela.* Folha de S. Paulo. 19 de maio. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/05/apos-levante-frustrado-guaido-enfrenta-dilemas-na-venezuela.shtml>. Acesso em 2 Fev. 2021.

CONSEJO NACIONAL ELECTORAL. 2012. *Resultados Electorales: Elecciones realizadas en el 2012. Elección Presidencial.* Disponível em: http://www.cne.gob.ve/divulgacion_presidencial_2012. Acesso em 2 Fev. 2021.

CONSEJO NACIONAL ELECTORAL. 2013. *Resultados Electorales: Elecciones realizadas en el 2013. Elección Presidencial.* Disponível em: http://www.cne.gob.ve/resultado_presidencial_2013/r/1/reg_000000.html? Acesso em 2 Fev. 2021.

CONSEJO NACIONAL ELECTORAL. 2017. *8.089.320 venezolanos votaron para elegir a constituyentes.* Sala de Prensa. Noticias. 31 de julho. Disponível em: http://www.cne.gob.ve/web/sala_prensa/noticia_detallada.php?id=3551. Acesso em 2 Fev. 2021.

DE LLANO, P. 2017. *Los venezolanos se consolidan en el número uno en solicitudes de asilo en Estados Unidos.* El País, 2 de dezembro. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2017/12/02/estados_unidos/1512176120_321016.html?id_externo_rsoc=TW_CC.

- DIRIGENTES de la oposición se reunieron con Mike Pence en Miami. 2017. El-Nacional (Caracas), 23 de agosto. Disponível em: <http://www.el-nacional.com/noticias/mundo/dirigentes-oposicion-reunieron-con-mike-pence-miami-200186>. Acesso em 2 Fev. 2021.
- ELLSWORTH, B.; TAJ, M. 2017. Latin America rejects Trump's military threat against Venezuela. Reuters, 11 de agosto. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-usa-venezuela-military/latin-america-rejects-trumps-military-threat-against-venezuela-idUSKBN1AR2GR>. Acesso em 2 Fev. 2021.
- GARCÍA LAMARCO, M. 2017. "Peor que Obama no será": por qué Nicolás Maduro tiene esperanzas de que con la llegada de Donald Trump mejoren las relaciones entre Venezuela y EE.UU., BBC Mundo Caracas, 19 de janeiro. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-38673127>. Acesso em 2 Fev. 2021.
- GOLINGER, E. 2005. *El Código Chávez*. Descifrando la intervención de los Estados Unidos en Venezuela. Havana: Editorial de Ciencias Sociales.
- GOLINGER, E. 2006. *Bush vs. Chávez*. A Guerra de Washington contra Venezuela. La Habana: Editorial José Martí.
- GRANDIN, G. 2006. *Empire's Workshop: Latin America, the United States, and the rise of the new imperialism*. New York: Metropolitan Books.
- GUEVARA MARTINEZ, A. J. et al. 2018. "Trump e a América Latina a política externa para Venezuela, Cuba e México". *Mundo e Desenvolvimento*, v. 1, p. 116-135.
- GUEVARA MARTINEZ, A. J. 2019. *The Dynamic of The United States Decision-Making Process of Foreign Policy to Cuba: An Analysis of the Normalization of 2014*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP), Universidade Estadual Paulista, 2019.
- GUEVARA MARTINEZ, A. J.; PEDROSO, C. 2016. "Múltiplas arenas em conjuntura internacional: mudanças na América do Sul sob a perspectiva da Venezuela pós-Chávez". In: AYERBE, L. (org.) *Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*. Abordagens e Processos. São Paulo: Ed. UNESP (Cultura Acadêmica), p. 77-130.
- HERRERO, A.; CASEY, N. 2019. Juan Guaidó, el político que volvió a activar a la oposición venezolana. The New York Times, 22 de jan. Disponível em: <https://www.nytimes.com/es/2019/01/22/espanol/america-latina/juan-guaido-venezuela-nicolas-maduro.html>. Acesso em 2 Fev. 2021.

MADURO and Guaidó: Who is supporting whom in Venezuela? 2019. BBC, 5 de fevereiro. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-47053701>. Acesso em 2 Fev 2021.

MASON, J.; STEWART, P. 2017. Trump slaps travel restrictions on N. Korea, Venezuela in sweeping new ban. Reuters. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/legal-us-usa-immigration-trump/trump-slaps-travel-restrictions-on-n-korea-venezuela-in-sweeping-new-ban-idUSKCN1C01FZ>. Acesso em: 2 Fev. 2021.

MATEO, L. 2017. *A ajuda externa e a formulação da estratégia internacional dos Estados Unidos a partir do 11 de setembro de 2001*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP), Universidade Estadual Paulista, 2017.

MCCOY, J. 2011. O desafio de Chávez a Obama: um casamento inconveniente ou uma gélida separação. In: LOWENTHAL, A. et al (orgs.). *Obama e as Américas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 65-88.

NATIONAL ENDOWMENT FOR DEMOCRACY. s/d. About the National Endowment For Democracy. Disponível em: <https://www.ned.org/about/>. Acesso em 2 Fev. 2021.

OBAMA declara a Venezuela “amenaza

para la seguridad nacional” de EE.UU. 2015. BBC Mundo, 9 de março. Disponível em: https://www.bbc.com/mundo/ultimas_noticias/2015/03/150309_ultnot_eeuu_venezuela_sanciones. Acesso em 2 Fev. 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. 2021. Crisis de refugiados y migrantes venezolanos. Disponível em: <https://www.iom.int/es/crisis-de-refugiados-y-migrantes-venezolanos>. Acesso em 2 Fev. 2021.

ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES. 2018. OPEC Crude Oil Report. 2 Jan. Disponível em: <https://www.quandl.com/data/OPEC/ORB-OPEC-Crude-Oil-Price>. Acesso em 2 Fev. 2021.

PEDROSO, C. 2018. *Entre o Bolivarianismo e a adesão à Hegemonia: a relação de Venezuela e Estados Unidos durante o chavismo (1999-2013)*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP), Universidade Estadual Paulista.

PEDROSO, C. 2020. Visita de Pompeo sinaliza inflexão na política americana para Venezuela. Observatório Político dos Estados Unidos (OPEU), 25 de setembro. Disponível em: <https://www.opeu.org.br/2020/09/25/visita-de-pompeo-sinaliza-inflexao-na-politica-americana-para-venezuela/>. Acesso em: 2 Fev. 2021.

PRESSLY, L. 2020. Os bastidores da ‘Operação Gideon’, a fracassada missão suicida para capturar Nicolás Maduro na Venezuela. BBC, 23 de agosto. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53786862>. Acesso em 2 Fev. 2021.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. Constitución de la República Bolivariana de Venezuela. 1999. Disponível em: <http://www.minci.gob.ve/wp-content/uploads/2011/04/CONSTITUCION.pdf>. Acesso em 02 Fev 2021.

ROSSI, A. 2019. O que é o Grupo de Lima, que reúne 14 países para discutir a crise na Venezuela. Folha de São Paulo, 25 de fevereiro. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/02/o-que-e-o-grupo-de-lima-que-reune-14-paises-para-discutir-a-crise-na-venezuela.shtml?origin=uol>. Acesso em 2 Fev. 2021.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. 2021. Venezuela. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/vn?yearSelector1=exportGrowthYear25&yearSelector2=importGrowthYear25>. Acesso em 2 Fev 2021.

U.S DEPARTMENT OF THE TREASURY. 2018. Presidential Documents. Federal Register Vol. 83, N. 101. Executive Order 13835 of May 21, 2018. Prohibiting Certain Additional Transactions with Respect to

Venezuela. 24 de maio. Disponível em: https://home.treasury.gov/system/files/126/venezuela_eo_13835.pdf. Acesso em 2 Fev. 2021.

U.S DEPARTMENT OF THE TREASURY. 2021. Economic Sanctions Policy and Implementation. Venezuela-Related Sanctions. Disponível em: <https://2017-2021.state.gov/venezuela-related-sanctions/index.html>. Acesso em 2 Fev. 2021.

U.S. GOVERNMENT PUBLISHING OFFICE. 2014. Public Law 90–629: Arms Export Control Act. Disponível em: <https://legcounsel.house.gov/Comps/Arms%20Export%20Control%20Act.pdf>. Acesso em 14 Jan 2018. [Esse link está atualmente fora do ar]

VALENTE, L. 2012. *Inimigos sim, negócios à parte*: revisionismo periférico antagônico e pragmatismo comercial combinados na política externa do governo Hugo Chávez. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VARGAS RIBAS, C. 2017. *Tendencias migratorias en el contexto actual*: Venezuela. Paper apresentado no Taller Respuestas Regionales a la Crisis en Venezuela da CRIES e The Stanley Foundation, Cidade do Panamá, 25 a 26 de julho.

WALLERSTEIN, I. 1979. *El moderno sistema mundial*. La Agricultura capitalista y los origines de la economia-mundo europea en el siglo XVI. México: Ed. Siglo XXI.

WHITE House calls Maduro “dictator” of Venezuela. 2017. Washington Post, 1 de agosto. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/video/world/the-white-house-calls-maduro-dictator-of-venezuela/2017/08/01/cf14327e-76b1-11e7-8c17-533c52b2f014_video.html?utm_term=.e9c8f93cf52e. Acesso em 2 Fev. 2021.

Notas

1) As ideias aqui apresentadas são um condensado de informações que estão aprofundadas e detalhadas em nossa tese doutoral, concluída em 2018.

2) Entretanto, como ressalta Mateo (2017, p. 16), existem outras agências que atuam da mesma forma. Para os propósitos deste trabalho, porém, iremos nos restringir a uma sucinta descrição das atividades da USAID na Venezuela.

3) Para aprofundar essa questão, ver Greg Grandin (2006).

4) Conforme documentação oficial: “A Fundação Nacional para a Democracia (NED) é uma fundação privada, sem fins lucrativos, dedicada ao crescimento e fortalecimento de instituições democráticas em todo mundo. [...] A NED é uma instituição única. O caráter não-governamental da Fundação lhe dá flexibilidade que possibilita trabalhar em algumas das circunstâncias mais difíceis do mundo e responder rapidamente quando há uma oportunidade de mudança política. A NED se dedica a promover o crescimento de uma ampla gama de instituições democráticas no exterior, incluindo partidos políticos, sindicatos, mercados livres e organizações empresariais, bem como os muitos elementos de uma sociedade civil vibrante que garante direitos humanos, uma mídia independente e a regra da lei” (National Endowment for

Democracy, s/d, s/p, tradução livre).

5) Em comum, essas fundações se apresentam como defensoras da democracia e liberdade, mas com uma abordagem neoconservadora.

6) Uma das ocasiões em que sua presença chamou atenção foi durante a posse presidencial de Mauricio Macri em 2015, na cidade de Buenos Aires (Argentina), líder eleito sob a consigna de forte crítica ao kirchnerismo e sua ligação com o chavismo.

7) Após muitas reviravoltas, López conseguiu fugir da Venezuela, em 2020, e foi viver em Madri, onde outros políticos que estiveram presos durante o governo de Maduro conseguiram se exilar.

8) Em termos de comparação, até 2016 a nacionalidade que liderava pedidos de refúgio e asilo político nos Estados Unidos eram os chineses, seguidos por mexicanos e, finalmente, venezuelanos. Contudo, já em 2017 os compatriotas de Bolívar passaram a ocupar o primeiro lugar da lista (De Llano, 2017).

9) Termo utilizado pela analista McCoy (2011), que além de estudiosa das relações bilaterais, foi colaboradora do Carter Center, mais uma instituição que contou com apoio da USAID, no marco da política norte-americana de contenção do bolivarianismo.

10) A lista completa de sanções tomadas pelo governo de Trump contra a Venezuela, com seus respectivos detalhamentos, está disponível na página oficial do Departamento do Tesouro Norte-Americano, que pode ser acesso pelo endereço eletrônico: <https://2017-2021.state.gov/venezuela-related-sanctions/index.html>.

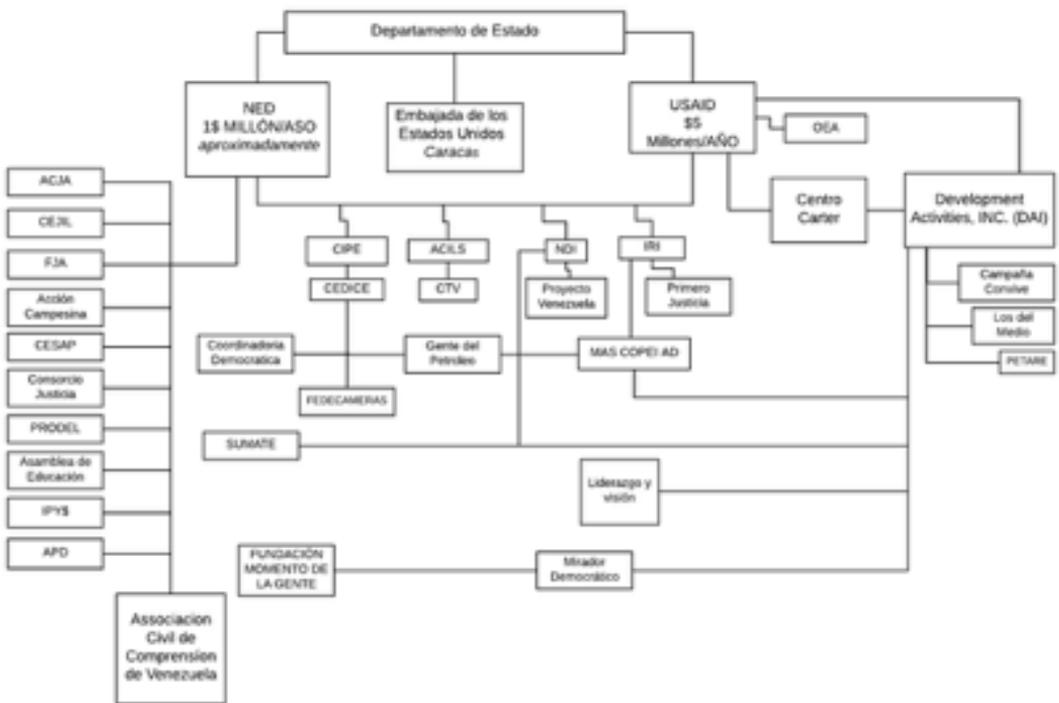
11) Sobre essa questão, verificar o episódio noticiado por Sylvia Colombo (2019).

12) A escolha das palavras se deu de maneira mais cuidadosa por se tratar de eventos recentes, sobre os quais ainda não há documentações oficiais disponíveis.

13) As acusações contra Nicolás Maduro estão disponíveis na página eletrônica da DEA (Drug Enforcement Administration): <https://www.dea.gov/press-releases/2020/03/26/nicolas-maduro-moros-and-14-current-and-former-venezuelan-officials>.

Anexos

Figura 1 – Fluxo de dólares estadunidenses na Venezuela durante a era Bush



Fonte: Golinger (2005, p.172).

Anexos

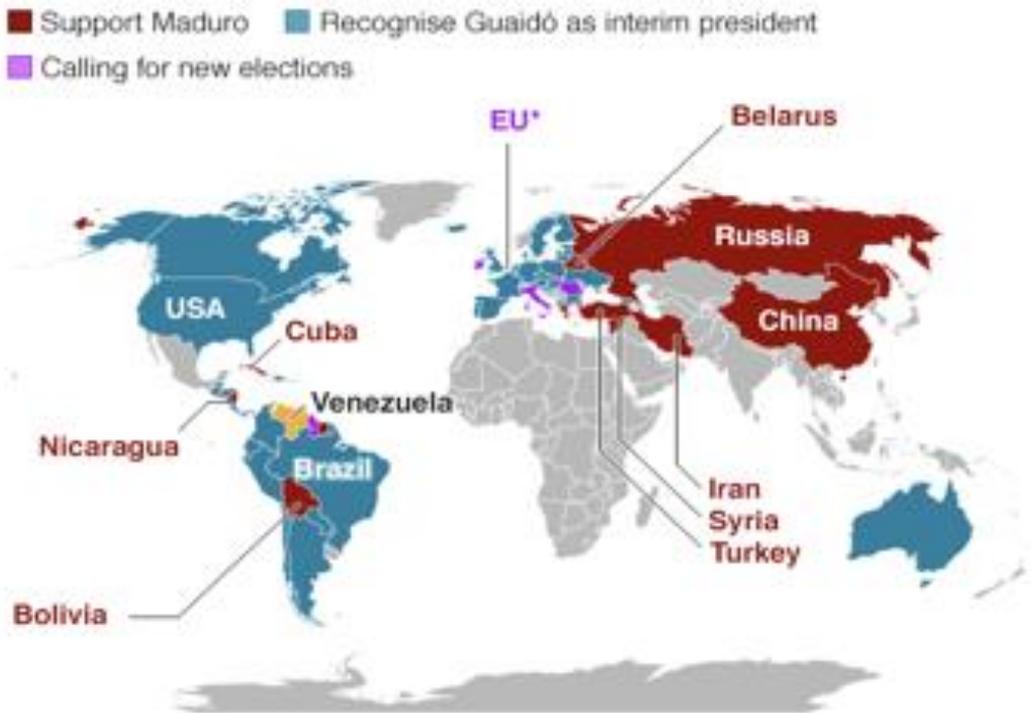
Quadro 1 – Organizações venezuelanas nos Estados Unidos

Organização	Fundação	Líder	Sede	Atuação	Objetivo
Venezuela Awareness Foundation	2004	Patricia Andrade	Miami	EUA, OEA	Auxiliar na adaptação dos imigrantes recém-chegados aos EUA; defender as vítimas de violações de Direitos Humanos; proporcionar ajuda humanitária aos mais carentes
Organização de Venezuelanos no Exílio - ORVEX	2005	Elio Cruz Aponte Pons	Miami	EUA, Inglaterra, Itália, Espanha, México, Colômbia, Austrália	Ajudar na regularização dos imigrantes venezuelanos sem documentos; criar uma rede de solidariedade no seio da comunidade venezuelana; desenvolver uma plataforma comunicacional para veicular a luta contra a ditadura venezuelana; melhorar a qualidade de vida do venezuelano no exílio; promover a autodeterminação dos povos usurpadas por déspotas populistas
Associação de Mães e Mulheres Venezuelanas no Exterior - AMAVEX	2007	Helene Vilalonga	Miami	EUA	Reunificar famílias separadas pela deportação; ajudar aos imigrantes recém-chegados; oferecer assessoria jurídica
Venezuelanos Perseguidos Políticos no Exílio - VEPPEX	2008	Jose Colina	Miami	EUA, Espanha, Canadá, Panamá, Peru, Colômbia, França	Articular os venezuelanos no exterior para elaborar estratégias de resgate da democracia na Venezuela; prover ajuda direta aos perseguidos políticos para garantir seus direitos; ser porta-voz de denúncias contra o governo venezuelano em diversos fóruns internacionais
Movimento Organizado de Venezuelanos no Exterior - MOVE	2013	Norma Camero Reno	Miami / Tampa / Nova York	EUA	Prover assistência humanitária para a Venezuela; enviar alimentos e medicamentos dos EUA para organizações de assistência social na Venezuela

Fonte: Pedroso (2018, p. 247).

Anexos

Mapa 1 – Qual a posição dos países frente à situação política venezuelana?



Data as of 12:00 GMT 5 Feb 2019

BBC

Fonte: BBC (2019).

Abstract

This paper seeks to evaluate the relationship with Venezuela during the presidency of Donald Trump (2017-2021), based on the premise that the interaction in this period was the result of a continuum of tensions, which started in 1999, with Hugo Chávez's rise to power. The analysis is based on the hypothesis that there was a confluence of interests between domestic actors in Venezuela and US diplomacy, which strongly impacted the bilateral relationship, including as a side effect the emergency of antichavismo international actions. Through interviews, documentary survey and bibliographic review, it is intended to make explicit the continuities and possible focuses of rupture of bilateral interaction, comparing the strategies of the Trump administration with the previous ones and to analyze its consequences.

Keywords: Trump Government, Venezuela, Bilateral Relations, Chavismo, Antichavismo.

Resumo

O artigo apresenta um balanço da relação com a Venezuela sob a Presidência de Donald Trump (2017-2021), partindo da premissa de que a interação nesse período foi resultado de um *continuum* de tensões, que teve início ainda em 1999, com a ascensão de Hugo Chávez ao poder. Partimos da hipótese de que houve uma confluência de interesses entre atores domésticos da Venezuela e a diplomacia estadunidense impactando a interação entre os países e gerando, como efeito colateral, a internacionalização do antichavismo. Por meio de entrevistas, levantamento documental e revisão bibliográfica, pretende-se explicitar as continuidades e os possíveis focos de ruptura da interação bilateral, comparando as estratégias da gestão Trump com as anteriores, e analisar as consequências dessas políticas.

Palavras-chave: Governo Trump, Venezuela, Relação Bilateral, Chavismo, Antichavismo.